

## ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO: NOWTOPIA, DECRESCIMENTO E CONVIVALIDADE

*Alternatives to development: nowtopia, degrowth and user-friendliness*

*Alternativas al desarrollo: nowtopia, decrecimiento y convivencia*



**Arthur Breno STÜRMER** – Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL). ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0510-8454>  
CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6654735909223836>  
EMAIL: [arthur.sturmer@gmail.com](mailto:arthur.sturmer@gmail.com)

### RESUMO

Quando se fala em desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico – de uma nação, região ou local – aparecem muitas críticas, mas nem sempre se apontam as alternativas a ele. O objetivo deste artigo é discutir alguns pontos de vista sobre o desenvolvimento, enfatizando visões alternativas como as representadas pela nowtopia, decrecimento e convivalidade. A metodologia consiste de revisão teórica sobre autores críticos do desenvolvimento, em especial por trazerem preocupações sociais, econômicas e ambientais de interesse para a Geografia. Percebeu-se que eles sugerem caminhos complementares para se pensar o desenvolvimento, tendo em comum a crítica que propõe não apenas rupturas, mas a combinação de espírito criativo, solidariedades e novas formas de ser, pensar e agir. O resultado desta investigação revelou que as alternativas ao desenvolvimento como o conhecemos são propostas de ação variadas, cujo mérito está, entre outros aspectos, em não negar totalmente o que existe – as técnicas, os avanços tecnológicos, as instituições, certos modos de vida e as estruturas sociais consolidadas –, mas apontarem saídas afirmativas aos graves problemas gerados pelo atual modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista, globalizado, moderno e modernizador. Para isso, procuram ressaltar as lógicas ignoradas e o potencial de mudança das sociedades a partir dos indivíduos, das coletividades e das suas diversas formas de se organizar.

**Palavras-chave:** Geografia. Modernidade. Sociedade. Solidariedade. Tecnologia.

Histórico do artigo

Recebido: 20 novembro, 2019  
Aceito: 23 dezembro, 2019  
Publicado: 31 dezembro, 2019

### ABSTRACT

When it comes to development as a synonym for economic growth - of a nation, region or location - there is much criticism, but alternatives to it are not always pointed to. The purpose of this paper is to discuss some views on development, emphasizing alternative views such as those represented by nowtopia, degrowth and friendliness. The methodology consists of a theoretical review of critical development authors, especially because they bring social, economic and environmental concerns of interest to Geography. It was noticed that they suggest complementary ways to think about development, having in common the criticism that proposes not only ruptures, but the combination of creative spirit, solidarity and new ways of being, thinking and acting. The result of this investigation has revealed that the alternatives to development as we know it are varied proposals for action, whose merit lies, among other things, in not denying completely what exists - techniques, technological advances, institutions, certain modes of life and consolidated social structures - but point out affirmative solutions to the serious problems generated by the current hegemonic model of capitalist, globalized, modern and modernizing development. To this end, they seek to highlight the ignored logics and the potential for change in societies based on individuals, collectivities and their various forms of organization.

**Keywords:** Geography; Modernity; Society; Solidarity; Technology.

### RESUMEN

Cuando se trata de "desarrollo" como sinónimo de crecimiento económico, de una nación, región o ubicación, hay muchas críticas, pero no siempre se apuntan a alternativas. El propósito de este documento es discutir algunos puntos de vista sobre el desarrollo, haciendo hincapié en puntos de vista alternativos como los representados por nowtopia, decrecimiento y amistad. La metodología consiste en una revisión teórica de autores críticos de desarrollo, especialmente porque traen preocupaciones sociales, económicas y ambientales de interés para la geografía. Se observó que sugieren formas complementarias de pensar sobre el desarrollo, teniendo en común la crítica que propone no solo rupturas, sino la combinación de espíritu creativo, solidaridad y nuevas formas de ser, pensar y actuar. El resultado de esta investigación ha revelado que las alternativas al "desarrollo" tal como lo conocemos son propuestas variadas de acción, cuyo mérito radica, entre otras cosas, en no negar completamente lo que existe - técnicas, avances tecnológicos, instituciones, ciertos modos de vida y estructuras sociales consolidadas, pero señale salidas afirmativas a los graves problemas generados por el modelo hegemónico actual de capitalista, globalizado, moderno y modernizador. Con este fin, buscan resaltar las lógicas ignoradas y el potencial de cambio en sociedades basadas en individuos, colectividades y sus diversas formas de organización.

**Palabras-clave:** Geografía. Modernidad. Sociedad. Solidaridad. Tecnología.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte teórico sobre o tema desenvolvimento, oriundo de trabalho de pesquisa que está em curso e concentra suas investigações sobre as possibilidades de participação das instituições de educação profissional e tecnológica no desenvolvimento local e regional. A proposta de desenvolvimento dos Institutos Federais (IFs) foi o mote para o início da pesquisa. Uma vez que consegue pensar o desenvolvimento na interface com a educação e o território, abre caminho para a reflexão acerca de outras

formas de atuação socioeconômica, que aqui são denominadas de *alternativas ao desenvolvimento*.

O projeto de pesquisa que abarca essas inquietações com o desenvolvimento intitula-se: “O desenvolvimento territorial e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Ele vem sendo executado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências (PPGGEO) da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, cuja área de concentração é em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, com linha de pesquisa em Dinâmicas Territoriais do Cone Sul.

A teorização sobre desenvolvimento enquanto assunto atinente às Teorias do Desenvolvimento sofreu alguns revezes desde a ampla produção científica verificada a partir da segunda metade do século XX. Chegou-se a falar no seu esgotamento, não obstante ressurgisse com força durante o processo de globalização, ao final da década de 1990.

De qualquer modo, o conhecimento acumulado serviu para, também, ser questionado em seus pressupostos, principalmente quando se falam dos reflexos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, a produção de desigualdades regionais e a concentração de riquezas.

Se quanto aos resultados do desenvolvimento não restam dúvidas que foram e estão sendo relativamente negativos, ao menos nas escalas global, subcontinental e macrorregional, quanto às possibilidades e alternativas ao desenvolvimento a questão ainda está em aberto. Por isso é de interesse de inúmeras Ciências Humanas e Sociais discuti-las.

Aqui se priorizou uma vertente aproximada à Geografia, procurando entrelaçar conceitos comuns tanto à Geografia como à Sociologia e Economia a fim de interpretar o desenvolvimento na condição de tema transdisciplinar, sabendo-se das divergências presentes nos debates e do viés político por onde facilmente se envereda. É assim que discutir o desenvolvimento se tornou, há muito, algo incômodo até à Geografia<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> As relações entre geografia e desenvolvimento por vezes são tratadas ratzelianamente, eivadas de um determinismo tacanho, mas, certamente, conscientes do papel das políticas na promoção do desenvolvimento a fim de influenciar os “efeitos da geografia” (leia-se: fatores geográficos), em especial através das “políticas públicas de desenvolvimento regional ou urbano, projetos de pesquisa e de tecnologia ou estratégias de descentralização” (GALLUP et al, 2007, p. 19). Aqui a Geografia é tomada em sentido amplo, de ciência geográfica, física e humana, que tem seu objeto na interface entre natureza e sociedade. O desenvolvimento, ao seu turno, inclui as várias dimensões (social, econômica, ambiental), sem se esquecer da dimensão espacial e sócio-espacial, não sendo, portanto, sinônimo de desenvolvimento econômico ou crescimento (econômico). Admitir uma Geografia menos positivista e um desenvolvimento com outras dimensões além da econômico-financeira permite abrir espaços à teorização sobre aspectos às vezes ignorados no meio acadêmico e ausentes nos discursos oficiais, como o papel das tecnologias sociais, das técnicas

Parte-se de uma primeira definição que gera confusões conceituais. O desenvolvimento é questionado por ser tomado como sinônimo quase exclusivo de crescimento econômico, isto é, um processo voltado quase que exclusivamente à produção de valor, de espaços para o capital, além de responsável pela expansão dos não lugares de consumo, criação de mercadorias e mercadorização das relações sociais, das relações com a natureza e da própria vida.

Aqui se apresentam formas diversas para se pensar o desenvolvimento e sua superação. São três visões alternativas ao desenvolvimento, ou seja, trata-se de algo distinto, sem negá-lo, mas percorrendo outros caminhos e seguindo outras lógicas. Ao invés da razão econômica, instrumental, capitalista, têm-se concepções alternativas ao desenvolvimento, contrapostas ao senso comum.

Embora pouco conhecidas, as alternativas ao desenvolvimento constituem-se um rico material para reflexão, estímulo à crítica e, sobretudo, impulso às ações “contra-hegemônicas” ou, também se poderia dizer, anticapitalistas. Seria mais preciso falar em ações – e reflexões – que promovem o humano, a natureza, enfatizando a inventividade; concepções que denunciam a irracionalidade do crescimento infinito e advogam relações sociais marcadas mais pelo convívio que pelo consumo. Assim, “desenvolvem-se” tomando por base novas formas de relacionamento do homem com a natureza e dos homens entre si; apontam para um novo estilo de vida, de pensamento e de ação onde haja menos exploração e predação. Pelo contrário, assentam-se no que muitos chamam mesmo de utopias.

O texto a seguir tem por objetivo discutir as concepções gerais de desenvolvimento, especialmente pontos relevantes para a crítica de seus pressupostos, ao passo que utiliza visões alternativas referentes à *nowtopia*, decrescimento e convivialidade. Está dividido em cinco partes, com a primeira fazendo a relação entre Geografia e desenvolvimento.

As segunda e terceira partes destacam a *nowtopia*, por ela antecipar muitos elementos do que seriam as alternativas ao desenvolvimento, na prática. A quarta parte traz uma discussão indispensável: a diferenciação entre o desenvolvimento em sua concepção mais abrangente e o crescimento econômico. Por fim, a quinta parte reúne e aproxima as três concepções, quando traça o perfil de uma *sociedade do decrescimento* ao tratar da convivialidade.

---

organizacionais baseadas na solidariedade e na cooperação, ou mesmo o papel do convívio como forma de encarar o consumismo desenfreado. É neste campo que a Geografia e o desenvolvimento se encontram para interpretar o fenômeno do desenvolvimento.

Não se deixa de mencionar a *recusa* como uma maneira de ruptura com as imposições que o indivíduo sofre diante dos apelos da sociedade mercantil, de consumo; recusa que poderia figurar como uma das alternativas ao desenvolvimento – quem sabe a primeira ou o primeiro passo para superá-lo.

## 2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O DESENVOLVIMENTO

Na ciência geográfica, a questão do desenvolvimento figura como uma ideia enraizada no solo cultural da modernidade, trazendo dela a *mudança* como valor social. O *desenvolvimento* estaria embutido no projeto da modernidade, com sua crença no caráter emancipador da razão e da ciência, com suas verdades (SOUZA, 1996).

Derivada da modernidade, a modernização como processo ligado ao avanço capitalista, está associada, segundo Santos (2000), à desigualdade, em que há países ativos de onde irradiam grandes mudanças que os beneficiam, e países passivos, onde a maioria vive na pobreza. Isso forma o lado perverso do progresso difundido pela modernidade *imitativa* e repetidora de *modelos exógenos*.

Construíram-se, apoiadas em ideologias, grandes expectativas de emancipação e bem-estar, além de cátedras, instituições de cooperação, livros, artigos, todos com o *desenvolvimento* tendo o mundo social como referência, mas o adjetivo “econômico” por conteúdo. Assim, o desenvolvimento continua correspondendo ao desenvolvimento *econômico* (SOUZA, 2006, 2008).

Segundo o autor acima, para definir o desenvolvimento não basta referir-se aos “benefícios dele esperáveis”, como a melhoria dos “indicadores sociais”, neles subsumindo as dimensões política e cultural. Desenvolvimento *econômico* “engloba o *crescimento do produto* (que é um aspecto quantitativo) e a *modernização tecnológica*, ou progresso técnico (que é um aspecto mais qualitativo e estrutural).” (SOUZA, 1995, 1997, 2005, 2006, p. 95). Por isso, o desenvolvimento considerado como fenômeno social expressa um processo de “mudança para melhor” (SOUZA, 2005, 2006), podendo ser um substituto para a “*transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social*” (Id., 2006, p. 105). Neste sentido, crescimento e modernização complementam-se para alcançar uma sociedade que se desenvolva.

Enfim, o que vier no encaixe do desenvolvimento pode não ser medido em cifras, mas em percepções, sensações, serviços e “políticas”; senão em liberdade, que, por outras

palavras, implica deixar para trás a dependência e exclusão próprias do *subdesenvolvimento*.

Para sair do subdesenvolvimento é necessário eliminar – ou pelo menos diminuir – a dependência e, para isso, não serve as políticas assistencialistas, mas aquelas que objetivam a inclusão. E, na perspectiva territorialista, inclusão significa capacidade de reconhecer, controlar e transformar em valores, a potencialidade dos diversos sistemas territoriais, significa fazer reconhecer, também no exterior, esses valores, de modo que possam entrar e circular nas redes globais (DEMATTEIS, 2013, p. 10).

Embora o desenvolvimento na sua dimensão econômica tenha sido amenizado por algumas correntes de pensamento – em que pesem as contribuições do “ecodesenvolvimento”, do “desenvolvimento de baixo para cima” e do etnodesenvolvimento” – a *ideologia capitalista do desenvolvimento* é reforçada pela “feticização’ do crescimento por ele mesmo” (CASTORIADIS, 2006, p. 20), pelo “imaginário do PIB *per capita*” (LATOUCHE, 2012, p. 4) e, sobretudo, pelo caráter de ideologia fatalista (FREIRE, 2000, p. 96) ou “força econômica independente e imutável” (UN, 2017, p. 23).

O que sobra às populações de países subdesenvolvidos, “inferiores”, em relação aos países do Centro, quando o critério para se definir o desenvolvimento é o alto desempenho da economia? Nem mesmo as frustrações advindas da “globalização” foram capazes de levar a uma reflexão mais ampla acerca do que poderia existir para além dos modelos atuais de desenvolvimento.

### **3 ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO: A NOWTOPIA PELA AÇÃO COLETIVA**

Paralelamente às críticas sobre o desenvolvimento, emerge o pessimismo quanto às possibilidades do desenvolvimento através de uma vertente denominada pós-desenvolvimento, que é um ponto de vista crítico sobre do desenvolvimento e seus efeitos sociais. Sem ser um programa homogêneo ou uma teoria precisa e delimitada, surge como uma vertente cética a respeito dos benefícios do processo de desenvolvimento (FREITAS et al, 2016).

Com essa perspectiva, visa-se analisar e visibilizar diferentes modos de viver coletivamente, práticas sociais que não se vinculam aos valores culturais oriundos da modernidade europeia e da ideologia desenvolvimentista. Ademais, o pós-desenvolvimento alcançou algum

destaque entre os pesquisadores ao demonstrar os impactos negativos das políticas de desenvolvimento, focando as resistências alternativas levantadas por movimentos sociais ou atores locais ao se depararem com projetos de intervenção. (FREITAS et al, 2016, p. 93).

Há uma proposta bem aceita hoje em dia, de autoria de Chris Carlsson: a *Nowtopia*. Ela explora as possibilidades de ação coletiva que afrontam o já estabelecido e se soma aos movimentos de resistência ativa, propositiva e anticapitalista, alguns dos quais ganharam a mídia e se tornaram famosos, como: Massa Crítica (Bicicletada), Vaga Viva, *Slow food* e Frente de Libertação Animal. São propostas humanizantes daqueles a quem chamou de “refugiados da ‘vida normal’” ou *nowtópicos*.

A *Nowtopia* critica o “desenvolvimento controlado por corporações e governos”, com a lúcida observação de que:

Hoje, a maioria das pessoas trabalha mais e mais arduamente do que há trinta anos, para manter o *mesmo padrão de vida*. A vida fácil da abundância também foi arruinada pela realidade do ‘avanço’ tecnológico, o qual, dado que os avanços nunca são adequadamente avaliados, é rotulado como ‘progresso’ (CARLSSON, 2014, p. 285, grifo do autor).

A essência do movimento *nowtópico* reside na luta pela emancipação dos trabalhadores de sua condição de meros trabalhadores, com excesso de trabalho e visando acessar bens de consumo num estilo consumista. Carlsson considera a *Nowtopia* como “uma nova política de ação criativa”, uma “política de classe autoemancipatória” que utiliza a tecnologia disponível para, de forma criativa e experimental, retomar as rédeas de seu tempo e se libertar da vida dominada pela lógica do mercado.

É um ato de liberdade frente ao verdadeiro “êxodo em relação à sociedade capitalista” que, apoiado nas comunidades, redes, circuitos humanos e novas iniciativas, não dispensa o envolvimento “na ajuda e na dependência mútuas” de inspiração kropotkiniana. Por depender da *atitude* individual, parece fazer a atualização da ideia reclusiana de decisão soberana do indivíduo, quando este responde ao meio.

### 3.1 A atitude nowtópica rumo à autoemancipação do homem comum

Tal *atitude* também faz recordar as *artimanhas*, de Michel de Certeau, que são “táticas desviacionistas [que] não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este” (CERTEAU, 1998, p. 92). Elas usam, manipulam e alteram os espaços, articulando-se

sobre os *detalhes* do cotidiano e introduzem maneiras de tirar partido de um campo de intervenção, como contrapartida às *estratégias* tecnocráticas. “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (Ibid., p. 41).

As táticas do homem comum, ordinário, configuram um jogo territorial em que o uso, manipulação e alteração dos espaços se dão de forma sub-reptícia, furtiva, desviante. Enquanto as estratégias produzem, mapeiam e impõem espaços, as táticas criam *espaços de jogo*: “Sem sair do lugar onde tem que viver [trabalhar, estudar...] e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidade* e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos” (Ibid., p. 93).

Em moldes mais explícitos e na forma de ativismo, Carlsson (2014) aposta na capacidade de autoemancipação do homem comum, ordinário, com suas “maneiras pequenas e ‘invisíveis’”, conquanto acrescente ao seu perfil o ser *atuante, criativo, fuçador e com espírito improvisador*. A pluralidade e criatividade do sujeito comum se veem na infinidade de comportamentos, maneiras pequenas e ‘invisíveis’ que ajudam na retomada do próprio tempo, ao passo que utilizam conhecimentos tecnológicos para tornar a vida melhor no presente e no futuro, pensando adiante, em favor “de um movimento de libertação em relação à vida dominada pela lógica do mercado.” (CARLSSON, 2014, p. 16-17).

É um movimento que depende – como disse – de *atitude, atos práticos*, no tom do que chamou de *nova política de ação criativa* que se dá no âmbito individual e coletivo, onde o jogo sutil de táticas se amplia para encontrar o terreno de luta pelo controle não só do tempo, mas – penso eu – do espaço, dos territórios e das oportunidades, não sem se apropriar de suportes tecnológicos, transmutá-los em tecnologias sociais, socializando a ciência e tecnologia.

Ao tecer comentários a respeito da abertura de “espaços de imprevisibilidade”, da ação direta do “faça você mesmo” e sobre a valorização do que vem “das margens”, o mesmo autor se refere e caminha em direção à utilização da tecnologia disponível – de ponta ou não, que é uma das bases do desenvolvimento das sociedades, dos países – dentro de *propostas humanizantes* e humanizadoras.

Há uma defesa elogiável do humano como possibilidade, e não como determinação – como é frequente a partir do processo de “globalização”. Com esse olhar se reconhece “a significativa oposição política ao ‘desenvolvimento’ desenfreado”, “a insatisfação com os



resultados do desenvolvimento controlado por corporações e governos” (CARLSSON, 2014, p. 93; p. 282) e se identifica um voto de apreço às antimercadorias e à antieconomia.

Este posicionamento o coloca em afinidade com outro grande autor preocupado com o desenvolvimento, embora de outra forma, complementar, ao rol de interpretações sobre os rumos que se pode tomar enquanto atitude interpretativa.

#### **4 CRESCIMENTO ECONÔMICO SE PASSANDO POR “DESENVOLVIMENTO”**

Carlos Taibo (2009) também vê o crescimento econômico como problema, e não a solução, ainda que assim nos seja apresentado pelas sociedades desenvolvidas do Norte, ou seja, como a panaceia de todos os males. Ele elenca as inúmeras promessas do crescimento econômico, que se coloca como o único capaz de gerir e desenvolver todos os âmbitos da sociedade, economia e meio ambiente:

A su amparo – se nos disse – se garantiza la cohesión social, los servicios públicos mantienen un nivel razonable, el desempleo no se extiende y, en fin, la desigualdade tampoco gana terreno. Hay quienes agregan, más aún, que el crecimiento económico es la clave afortunada que permite resolver los propios problemas medioambientales, y recuerdan al respecto que sólo las sociedades desarrolladas pueden permitirse conservar el hábitat y salvaguardar recursos, preservar una agricultura sostenible y tratar de forma responsable los desechos. (TAIBO, 2009, p. 28).

Quando se fala em “crescimento econômico”, as prioridades ficam claras, especialmente entre os governos. Elas situam-se no campo das finanças, dos investimentos, da produção; envolvem a proteção ao capital, garantia de estabilidade econômica e controle da inflação. Entretanto, é cada vez mais frequente o uso de outro conceito muito próximo do crescimento econômico, com o fim de ocultá-lo.

Aparentemente mais suave e benigno, menos impregnado pelo quantitativo, o desenvolvimento é adornado de vários adjetivos (autocentrado, endógeno, participativo, territorial, comunitário, integrado, autêntico, autônomo, popular, equitativo, duradouro) e derivações (desenvolvimento local, microdesenvolvimento, endodesenvolvimento, ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social, desenvolvimento humano, etc.).

Segundo Taibo (2009, p. 31), por meio deles não se consegue ocultar muito o conteúdo do desenvolvimento e o vigor de termos duros, como: acumulação de capital, exploração da força de trabalho, imperialismo, dominação planetária.

Mesmo assim, o efeito de termos amplamente utilizados carrega consigo a missão de iludir, manipular, fazer crer. Cumpre problematizá-los para encontrar saídas afirmativas em outro campo e para outro tipo de sociedade.

## 5 DECRESCIMENTO E CONVIVIALIDADE: O CAMINHO DA RUPTURA, DA REFORMA E DA RECUSA

Para Serge Latouche (2007), “desenvolvimento” seria uma palavra doce, mas venenosa; uma *palavra tóxica*, derivada da *ideologia do crescimento*. Em *Convivialidade e decrescimento*, afirma:

É preciso sair do imaginário do desenvolvimento e do crescimento e reinserir o campo econômico no social por uma *Aufhebung* (abolição/superação). Sair do imaginário econômico, contudo, implica rupturas bem concretas (LATOUCHE, 2012, p. 13).

Para que isso aconteça, é preciso estabelecer regras e compromissos para a ação, no sentido reformista. Dentre elas, estão:

- a) a ‘desmercantilização’ do trabalho, da terra e da moeda (mercadorias *fictícias*);
- b) os empreendimentos mistos que atenuem a aspereza do mercado do dom e a busca da justiça (luta contra o espírito do capitalismo).

Para o autor, “A concepção da utopia concreta da construção de uma sociedade de decrescimento é revolucionária, mas o programa de transição para chegar a ela é necessariamente reformista.” (Id., *ibid.*, p. 14).

Pensando na *sociedade do decrescimento* em contraposição à *sociedade mercantil*, o autor tem em vista a instauração da “utopia concreta da sociedade autônoma”, apoiada em seus 8 Rs (reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, realocar, redistribuir, reduzir, reutilizar, reciclar). Não é oportuno discutir aqui cada “R”, mas reconhecer sua importância para o decrescimento, pois todos estão vinculados não ao desenvolvimento, mas ao “futuro sustentável da vida”, cuja proposta é a autolimitação e simplicidade voluntárias, abundância frugal, reabilitação do espírito da doação e promoção da convivialidade.

Ora, a sociedade que se vislumbra é, sem sombra de dúvidas, altamente inclusiva. Como se nota a partir da relevância dada à *convivialidade*, a preocupação é em se tecer novamente o laço social desfeito pelo “horror econômico” (Rimbaud) e reintroduzir o espírito do dom nas relações sociais.

Latouche refere-se à convivialidade como elemento-chave de uma *saída afirmativa* ou *alternativa* do legado do desenvolvimento – e do crescimento econômico –, esse filho da modernidade. E o decrescimento é, antes de tudo, o modelo oposto, que pode levar a uma sociedade incluyente:

Um elemento importante para sair das aporias da superação da modernidade é a convivialidade. Do mesmo modo que ataca a reciclagem dos resíduos materiais, o decrescimento deve interessar-se pela reabilitação dos rejeitados. Se o melhor resíduo é aquele que não é produzido, o melhor rejeitado é aquele que a sociedade não rejeita. Uma sociedade decente ou convivial não produz excluídos (LATOUCHE, 2012, p. 14).

As perspectivas do decrescimento, deseconomia, descolonização do imaginário, do anarquismo e do imaginário *anticolonial* (ANDERSON, 2014) abrem caminhos para se pensar o desenvolvimento segundo visões heterodoxas, sejam elas profanas, inconformistas, insubmissas ou radicalmente democráticas, porém ao mesmo tempo sendo autênticas, tolerantes e explicitamente mais humanas.

Nenhuma destas perspectivas dispensa o trabalho ou esforço individual capaz de romper com o estabelecido, gerar novas atitudes ou produzir mudanças interiores. Neste sentido, é oportuno observar o plano de fundo das críticas às sociedades ocidentais modernas, sob a lógica percolante do capital: há uma repressão continente e que impregna o indivíduo até que ele proceda à recusa marcusiana.

Em *Eros e Civilização*, Herbert Marcuse retoma o conceito de Grande Recusa, definindo-a como “o protesto contra a repressão desnecessária, a luta pela forma suprema de liberdade – ‘viver sem angústia’” (MARCUSE, 1975, p. 139).

Segundo Silva (2015), a Grande Recusa trata-se da:

Rejeição dos valores repressivos do princípio do desempenho que moldam o ethos conformista da sociedade industrial avançada. (...) [que] se encontra manietada por um poderoso aparelho ideológico, que coloca habilmente em estado de letargia quaisquer argumentos conducentes à subversão da sociedade industrial. (...) A recusa, como o *ato radical* (...), aparece como uma decisão existencial, individual, talvez a única forma de resistência a um ethos repressivo a que as massas subscrevem alegremente (SILVA, 2015, p. 99).

A recusa, assim, depende da transcendência de um “princípio de realidade” que informa sobre a atual satisfação ligada à destruição e não à preservação e proteção das coisas vivas, cuja possibilidade, para Marcuse, se abriu no final dos anos 1960 com a

bandeira contra a produtividade destrutiva da sociedade e contra a repressão e frustração intensificadas, a ela vinculadas. A Grande Recusa, aos poucos, concretiza-se em ação nas ruas e aparece na interação dos “renegados de toda a terra” unidos contra a sociedade que os serviliza: a contracultura, então, se espacializa na forma de movimentos que permitem vislumbrar a superação das “satisfações compensatórias” dadas pelo consumo e destruição de recursos, pelas “necessidades emancipatórias” (SILVA, 2013).

Uma dessas necessidades questiona a relação homem-natureza na modernidade e suas consequências para a vida cotidiana e a degradação ecológica:

Repensar e superar a forma como se dá a relação “homem-natureza” na modernidade, visto que esta – orientada pelos paradigmas da “dualidade” e da “dominação” – embasa o desenvolvimento técnico-científico alienante e totalitário que levou à ascensão da *tecnocracia*, considerada não somente como uma das grandes responsáveis pelo esvaziamento e fragmentação da vida cotidiana, como também pelo aumento da degradação ecológica (SILVA, 2013, p. 81).

Se a modernidade trouxe em seu bojo uma modalidade específica de desenvolvimento técnico-científico, bem se poderia orientá-lo no sentido inverso. Ao invés da destruição da existência, poderia ser orientado à pacificação da mesma. Foi o que, em comentário sobre Marcuse, Isabel Loureiro (2005) veio a afirmar: “criticar o progresso não significa rejeitar a técnica e retornar à vida selvagem e sim pensar numa nova técnica e numa nova ciência, voltadas para a ‘pacificação da existência’” (LOUREIRO, 2005, p. 15).

Pensar a técnica e a ciência pelos reflexos que têm na vida e comportamento do indivíduo, especialmente pelo seu papel na repressão e distorção das necessidades de emancipação, caminha no sentido da busca por, conforme palavras de Marcuse (Ibid., p. 15), “uma inversão no rumo do progresso” e por “um novo ponto de partida”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto o tão propalado “desenvolvimento” não traz os benefícios prometidos às sociedades (ainda) modernas e seus espaços sob modernizações constantes, surge uma série de alternativas ao que, na verdade, são esforços destinados a mobilizar recursos de toda espécie a fim de efetivar o bem-estar e prosperidade.

As alternativas a tal “desenvolvimento” são verdadeiras propostas de ação buscando mais liberdade ao indivíduo e maior satisfação de suas necessidades de

emancipação, as quais dificilmente estarão entre as metas de qualquer modelo de desenvolvimento capitalista.

A *nowtopia* joga com a tática do fazer criativo no cotidiano, sobrelevando os condicionamentos da sociedade do consumo, mormente pouco criativa e apassivada pelas atrações de uma *Black Friday* e entusiasmada pelo lançamento de quaisquer novos produtos no mercado. O decrescimento advoga a redução das metas de crescimento como uma das soluções para os problemas sociais, econômicos e ambientais que o próprio desenvolvimento traz em seu bojo. Nisso complementa as críticas do movimento *nowtópico* ao consumo desenfreado, o qual alimenta as expectativas sempre crescentes dos níveis de consumo. Já a convivialidade trata, também, de uma lógica diferente da lógica do mercado, em que o campo econômico se reinsere no campo social, imaginando a sociedade do decrescimento. Ao contrário da sociedade mercantil, os pressupostos são outros. Então, paga-se tributo à utopia *concreta* em função do futuro sustentável da vida quando propõe mudanças profundas de atitude, como a autolimitação e simplicidade voluntárias, por exemplo, que conduzam ao desejo de conviver mais e consumir menos.

Não são essas as únicas alternativas ao desenvolvimento. No entanto, elas sugerem outras lógicas praticamente ignoradas, ressaltando o potencial que as sociedades têm de se reinventarem, buscando novos modos de ser, pensar, agir, fazer, conviver, organizar-se e também produzir.

## 7 AGRADECIMENTOS

Rendem-se agradecimentos às instituições que apoiam a realização da pesquisa da qual se originou o presente texto: Instituto Federal de Alagoas – IFAL, através da Coordenação de Qualificação Acadêmica ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPI); ao Instituto Federal de Alagoas – Campus Palmeira dos Índios; e à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências (PPGGE), ligado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP). Também se conferem agradecimentos ao orientador de doutorado, pelo empenho e dedicação de sempre.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Sob três bandeiras**: anarquismo e imaginação anticolonial. Tradução Sebastião Nascimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Fortaleza: Editora da UECE, 2014.

CARLSSON, C. **Nowtopia**: iniciativas que estão construindo o futuro hoje. Tradução Roberto C. Costa. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

CASTORIADIS, C. A época do conformismo generalizado. In: **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Trad. Rosa M. Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 13-26.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução Ephraim F. Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 7-11.

FREIRE, P. Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 87-102.

FREITAS, G. R. de; CRUZ, M. R. da; RADOMSKY, G. W. Pós-desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. W. (Orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GALLUP, J. L.; GAVIRIA, A.; LORA, E. **Geografia é destino?** lições da América Latina. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LATOUCHE, S. **Sobrevivir al desarrollo**: de la descolonización del imaginário económico a la construcción de una sociedade alternativa. 2. ed. Barcelona: Icaria Editorial, 2007.

LATOUCHE, S. Convivialidade e decrescimento. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), ano 10, n. 166, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/166cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LOUREIRO, I. Herbert Marcuse – anticapitalismo e emancipação. **Trans/Form/Ação**, Marília, SP, UNESP, v. 28, n. 2, p. 7-20, 2005.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução Álvaro Cabral. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, M. Por um modelo brasileiro de modernidade. **Correio Brasiliense**, Brasília, 15 out. 2000.

SILVA, C. L. da. **Herbert Marcuse**: da Grande Recusa à emancipação. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, SP. 2014. Disponível em: <<http://ppg.unifesp.br/filosofia/dissertacoes-defendidas-versao-final/dissertacao-cicero-lourenco-da-silva>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA, L. de M. e. **Ilusão concreta, utopia possível**: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul). 2013. 336f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP. 2013. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07112013-113710/publico/2013\\_LuisFernandoDeMatheusESilva.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07112013-113710/publico/2013_LuisFernandoDeMatheusESilva.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SOUZA, M. L. de. O subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 35, p. 27-33, nov./dez./jan., 1994-1995.

SOUZA, M. L. de. Teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, n. 1, v. 1, 1996. p. 5-22.

SOUZA, M. L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: **Revista Território**, ano 3, n. 3, jul./dez. 1997. p. 13-35.

SOUZA, M. L. de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

TAIBO, C. **En defensa del decrecimiento**: sobre capitalismo, crisis y barbarie. [versión digital] Madri: Catarata, 2009. (Tradução nossa).

UN. **Beyond Austerity**: Towards a Global New Deal. Trade and Development Report 2017. New York, Genebra: UNCTAD, 2017. Disponível em: <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2017\\_en.pdf?user=46](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/tdr2017_en.pdf?user=46)>. Acesso em: 29 nov. 2018.

\*\*\*